

## A IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA CRIANÇAS

Kaylanne Stéfany Reginaldo Mendes<sup>1</sup>  
Cíntia Mendes de Assis<sup>2</sup>  
Sirlon Martins da Silva<sup>3</sup>

cintiamendes0411@gmail.com

ÁREA DO CONHECIMENTO: Ciências Humanas

### RESUMO

Este artigo discute a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para crianças com necessidades específicas de aprendizagem, no contexto da Educação Infantil. A pesquisa destaca como políticas públicas e práticas pedagógicas inclusivas podem garantir o direito à educação de forma equitativa. Tem como objetivo analisar a relevância do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no apoio ao desenvolvimento global das crianças, especialmente nas áreas cognitivas, motoras, comunicativas e socioemocionais. Trata-se de uma pesquisa qualitativa com observação participante realizada no Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE) de Santa Margarida/MG, durante o estágio supervisionado de Psicologia. A observação foi conduzida em três fases e os dados foram registrados em diário de campo. Os resultados revelam que o CAEE possui estrutura acessível, equipe multidisciplinar e práticas colaborativas que promovem inclusão e desenvolvimento integral. As ações são planejadas individualmente, com apoio familiar, respeitando as necessidades de cada aluno. Conclui-se que o AEE, quando bem estruturado, contribui significativamente para a aprendizagem, autonomia e inclusão social das crianças.

**PALAVRAS-CHAVE:** educação infantil; inclusão; dificuldades de aprendizagem; psicologia escolar.

### 1 INTRODUÇÃO

De acordo com Machado e Martins (2019) a Educação Infantil, considerada a etapa inicial da educação básica, tem ganhado destaque crescente no cenário educacional. Desde a década de 1990, intensificaram-se os debates em torno da inclusão escolar, impulsionando o desenvolvimento de políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência. Nesse contexto, a Educação Especial passou a ocupar um

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Vértice – Univértix, Matipó MG

<sup>2</sup> Psicóloga, Especialista em Terapia Cognitiva Comportamental, Professora do Curso de Psicologia do Centro Universitário Vértice – Univértix Matipó MG

<sup>3</sup> Psicólogo, Especialista em Educação e Educação inclusiva, Professor do Curso de Psicologia do Centro Universitário Vértice – Univértix Matipó MG

espaço significativo também nas fases iniciais do processo educativo. Ainda como Machado e Martins (2019), é fundamental que a Educação Infantil promova práticas inclusivas que respeitem as diferenças e garantam o direito à aprendizagem a todos os alunos.

A Educação Especial é entendida como um campo de conhecimento é uma modalidade de ensino que atravessa todos os níveis, etapas e modalidades educacionais. Sua função é oferecer Atendimento Educacional Especializado (AEE) e disponibilizar uma gama de serviços e estratégias específicas, como a organização de recursos pedagógicos e de acessibilidade. Esses recursos têm o objetivo de eliminar barreiras, permitindo o acesso ao currículo, à comunicação e aos espaços físicos, de acordo com as necessidades individuais de cada estudante. Além disso, busca promover o desenvolvimento integral dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, visando à autonomia e à independência, e favorecendo sua conclusão da escolarização nos diferentes níveis de ensino, bem como sua interação no âmbito educacional, familiar, social e cultura. (Anache; Rovetto; Oliveira, 2014)

Segundo Guerreiro, Silva, Sodré e Arantes (2024), o Atendimento Educacional Especializado (AEE) conta com um importante recurso de apoio: as salas de recursos multifuncionais. Essas salas estão previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) e têm como principal finalidade oferecer suporte pedagógico aos estudantes da educação especial. Por meio da utilização de metodologias diversificadas, tecnologias assistivas e estratégias específicas buscam-se promover o desenvolvimento dos alunos de forma equitativa, garantindo sua participação e aprendizagem no ensino regular. O Atendimento Educacional Especializado tem como objetivo reconhecer, desenvolver, organizar e adequar recursos pedagógicos e de acessibilidade, com a finalidade de remover obstáculos que dificultem a participação plena dos estudantes, levando em conta suas particularidades e necessidades individuais.

Segundo Freiberger e Sardagna (2021), um dos grandes desafios atuais das instituições de ensino é estruturar propostas pedagógicas que respeitem a diversidade, combatam a discriminação e promovam a equidade e a qualidade no processo de aprendizagem. Tanto as escolas públicas quanto as privadas e comunitárias devem realizar as adequações necessárias para garantir que estudantes

com deficiência tenham igualdade de oportunidades, consigam permanecer no ambiente escolar e avancem nos diferentes níveis de ensino. Moreira, Michels e Colossi, (2006) apud Anache, Rovetto e Oiliveira, (2014), afirmaram que, apesar dos progressos na legislação, com a implementação de novas tecnologias assertivas e o aprimoramento da acessibilidade, ainda é necessário intensificar as pesquisas e aprimorar as ações voltadas para a melhoria das condições educacional.

Este artigo tem como objetivo analisar a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no apoio ao desenvolvimento global de crianças que apresentam necessidades específicas de aprendizagem. Busca-se compreender como o AEE contribui para o fortalecimento das habilidades cognitivas, motoras, comunicativas e socioemocionais dessas crianças, por meio de estratégias pedagógicas adequadas ao seu perfil.

Trabalhos com esse tema é essencial para valorizar o papel do AEE na promoção de uma educação mais sensível às diferenças individuais e comprometidas com o desenvolvimento de cada aluno.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A Constituição Federal de 1988, no artigo 205, reconhece a educação como um direito de todos e um dever conjunto do Estado e da família. Esse direito deve ser garantido com a participação da sociedade, visando à formação de indivíduos conscientes, capazes de compreender seu papel como sujeitos de direitos e deveres. A proposta educacional, nesse contexto, busca promover o desenvolvimento humano e social, preparando o cidadão para uma atuação ética e responsável no meio em que vive (Brasil, 1988 apud Guerreiro; Silva; Sodré; Arantes, 2024)

A promulga o da Lei n  13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, representou um avanço significativo no cenário jurídico nacional. Essa legisla o tem como objetivo garantir às pessoas com deficiência a igualdade de condi es no exercício de seus direitos e liberdades fundamentais, promovendo sua plena inclusão social e cidadania (Brasil, 2015 apud Alves; Gil; Souza, 2024).

Segundo Brasil (2008, apud Freiburger e Sardagma, 2021), embora avanços em rela o   inclusão educacional tenham ocorrido desde a década de 1960, esse processo ainda se desenvolvia de forma lenta. Com o tempo, no entanto, passou a

ganhar maior destaque nas políticas públicas e nas diretrizes dos sistemas de ensino. Um marco importante foi à implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em 2008, que estabeleceu orientações específicas para garantir serviços de apoio à inclusão, entre eles o Atendimento Educacional Especializado (AEE), destinado a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Complementando essas diretrizes, a Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009, e o Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, definem parâmetros operacionais para o AEE, recomendando que esse atendimento seja oferecido no contra turno escolar, preferencialmente em Salas de Recursos Multifuncionais ou em Centros especializados.

Segundo Brasil (2008, apud Santana e Maekawa, 2023) a Educação Infantil é considerada o ponto de partida para a inclusão escolar, pois oferece um ambiente propício para a implementação de práticas pedagógicas flexíveis, que respeitam as singularidades das crianças. Esse estágio da educação se destaca por favorecer o acolhimento e o desenvolvimento infantil por meio de atividades lúdicas, as quais desempenham um papel essencial tanto na adaptação quanto no processo de aprendizagem.

A Educação Infantil desempenha um papel fundamental no processo de inclusão escolar (Carneiro, 2012 apud Silva, 2021). Essa fase é crucial para o desenvolvimento das potencialidades da criança, pois é nela que o indivíduo começa a construir suas primeiras noções de coletividade, afetividade, desenvolvimento pessoal, identidade e inteligência, ou seja, é onde a criança se insere e interage nas relações sociais (Silva, 2021).

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, assegura que "todos são iguais perante a lei, sem qualquer distinção, garantindo aos brasileiros e residentes no país a inviolabilidade dos direitos à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade" (Brasil, 1988 apud Guerreiro, Silva, Sodr e e Arantes, 2024).

Segundo Vigotski (2011, Guerreiro, Silva, Sodr e e Arantes, 2024), os aspectos sociais e culturais são fundamentais na educa o de pessoas com deficiência, pois   por meio deles que se torna possível superar a ideia de um desenvolvimento puramente natural e questionar as limita es normalmente atribuídas   deficiência.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) foi contemplado pela Constituição Federal de 1988, no artigo 208, e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Entretanto, foi somente em 2008 que o AEE foi formalmente integrado à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, instituída pela Portaria nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 9 de outubro de 2007, e implementada em janeiro de 2008 (BRASIL, 2008 apud Freiburger e Sardagha, 2021).

Além disso, de acordo com Brasil (2010, apud Guerreiro, Silva, Sodré e Arantes, 2024) os centros de Atendimento Educacional Especializado devem seguir as normas estabelecidas pelo Conselho de Educação do respectivo sistema de ensino para obter a autorização de funcionamento, conforme as diretrizes recomendadas. Um marco significativo nesse processo foi a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Brasil, 2015 apud Guerreiro, Silva, Sodré e Arantes, 2024), que estabelece um conjunto de dispositivos voltados a garantir e promover, em condições de igualdade com as demais pessoas, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, com o objetivo de assegurar sua inclusão social.

Os planos do Atendimento Educacional Especializado (AEE) devem ser desenvolvidos de forma individualizada, considerando as necessidades específicas de cada estudante. Cabe ao professor selecionar os recursos, equipamentos e apoios mais adequados para remover as barreiras que dificultam o acesso do aluno ao conteúdo trabalhado na turma do ensino regular, promovendo sua participação tanto no ambiente escolar quanto na vida social, de acordo com suas habilidades. Esse tipo de atendimento possui objetivos próprios da educação especial e não substitui o ensino regular, nem realiza modificações no currículo, nas avaliações ou em outros aspectos pedagógicos. É essencial destacar que o AEE não se trata de reforço escolar. O professor responsável acompanha o desenvolvimento acadêmico dos alunos na escola regular, com o objetivo de favorecer sua autonomia nas diversas esferas da vida. Para isso, é fundamental uma cooperação entre os docentes do AEE e os do ensino comum (Franco e Schutz, 2019).

É fundamental destacar que o Atendimento Educacional Especializado deve ser oferecido em diferentes espaços e momentos dentro da escola, não se limitando

apenas à sala de aula regular ou à sala de recursos multifuncionais. Contudo, é necessário ter cuidado ao organizar esse atendimento, pois retirar o aluno das atividades curriculares para realizar ações que não promovem o acesso aos conhecimentos historicamente construídos não deve ser uma prática constante (Jesus, Ghidini, Silva e Asteri, 2025).

Segundo Franco e Schutz (2019) a participação das famílias no processo de ensino e aprendizagem é essencial para seu sucesso. Para elaborar e implementar os Planos de AEE, o professor depende dessa colaboração em todos os momentos. Reuniões, visitas e entrevistas são etapas importantes nas quais os professores de AEE estabelecem contato com as famílias, coletando informações, compartilhando dados e criando vínculos de cooperação e compromisso. Além disso, é fundamental destacar a função do professor de AEE na avaliação das necessidades individuais de acompanhamento do aluno por um profissional de apoio escolar. Como mencionado anteriormente, para que a inclusão seja efetiva, é necessário contar com diversos recursos: a colaboração entre o AEE e os professores de sala de aula, o apoio das famílias e o investimento em acessibilidade.

### **3 METODOLOGIA**

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa que, segundo Alves, Rodrigues, Salvador e Fernandes (2021) está voltada para questões de estudo de natureza subjetiva, marcadas pela interação entre os participantes e por seu caráter dinâmico. Alinhada a essas características, essa abordagem se apóia em métodos investigativos que buscam entender os sentidos, as crenças e as intenções presentes nas ações e nas relações sociais dos indivíduos.

A pesquisa foi realizada através do método de observação, que acordo com Correia (2009), consiste na interação direta, contínua e prolongada do pesquisador com os indivíduos estudados, dentro dos seus contextos culturais. Nessa abordagem, o próprio investigador atua como instrumento principal da pesquisa. Para garantir uma compreensão precisa dos fatos e das interações sociais observadas, é essencial minimizar influências subjetivas.

A pesquisa realizada é de natureza descritiva, uma vez que se propôs a observar e detalhar as características de um determinado fenômeno, buscando identificar padrões e possíveis relações entre variáveis, sem interferir diretamente nos

fatos analisados. Esse tipo de investigação, conforme aponta Gil (2008), é bastante utilizado em estudos sociais por possibilitar uma compreensão mais precisa da realidade observada, a partir da aplicação de instrumentos padronizados de coleta de dados. Para a análise dos resultados, foi utilizada uma abordagem descritiva, com foco na organização e interpretação das informações coletadas de forma a representar de maneira clara e objetiva os aspectos mais relevantes do objeto estudado, possibilitando uma leitura interpretativa e estatística dos dados.

Este estudo faz parte do cumprimento do estágio supervisionado do curso de Psicologia do Centro Universitário Univértix.

A observação foi realizada no Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE) de Santa Margarida MG, conduzida em três fases, seguindo as diretrizes de Queiroz, Vall, Souza e Vieira (2007, Lima e Machado, 2018). Na fase inicial, a pesquisadora integrou-se ao ambiente do CAEE, com o objetivo de acompanhar seu funcionamento desde a chegada até a saída dos alunos, permitindo a identificação de possíveis mudanças ao longo do tempo. Em seguida, procedeu-se ao registro das informações coletadas por meio de um diário de campo, no qual foram descritas as percepções da pesquisadora sobre os principais aspectos dos cuidados cotidianos observados. Por fim, os dados foram organizados e sistematizados, preparando-os para análises posteriores.

O Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE) conta com uma excelente infraestrutura de acessibilidade, garantindo que todos os usuários, independentemente das suas necessidades, possam usufruir de seus espaços de forma plena e segura. A entrada do centro é equipada com uma rampa, permitindo fácil acesso para pessoas com mobilidade reduzida. Além disso, o piso é sinalizado com marcações táteis, facilitando a locomoção de pessoas com deficiência visual. Os banheiros são amplos e acessíveis, adequados para atender às necessidades de todos os frequentadores. O centro também oferece um espaço para recreação livre, promovendo a integração e o lazer, enquanto as salas de atendimento possuem portas, garantindo conforto e acessibilidade durante os atendimentos especializados. Tudo isso contribui para um ambiente inclusivo e acolhedor.

A equipe do CAEE conta com diversos profissionais, que colaboram entre si para oferecer atendimento integral, a uma troca de informação entre eles para a

colaboração em cada caso, elaborando então estratégias e técnicas para ajudar no desenvolvimento de cada aluno, tudo isso pode ser observado.

Foram realizados 10 encontros com duração de 04 horas cada, totalizando em 40 horas de estágio no período de 27/03/2025 e 22/05/2025.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A observação participante realizada no CAEE de Santa Margarida/MG permitiu identificar a importância de uma infraestrutura acessível para garantir a efetivação do Atendimento Educacional Especializado (AEE). O espaço físico da instituição é bem estruturado, contando com rampas na entrada principal, facilitando o acesso de pessoas com mobilidade reduzida, além de pisos táteis para auxiliar a locomoção de pessoas com deficiência visual. Há salas específicas para os atendimentos especializados, como as profissionais atendem em dias específicos as salas são revezadas entre elas, essas que incluem a Psicóloga, Terapeuta Ocupacional, Fonoaudióloga, Fisioterapeuta, Psicopedagogas. Possui também uma recepção destinada aos pais e responsáveis, que costumam aguardar enquanto os filhos participam das atividades. Durante as entrevistas de anamnese ou devolutivas para os pais, as crianças são acolhidas em um ambiente lúdico com brinquedos, semelhante a uma brinquedoteca, onde permanecem sob supervisão de profissionais da instituição. O espaço também conta com uma cozinha, de uso restrito aos funcionários, onde são preparados lanches e cafés para as crianças. Além disso, há diversos banheiros distribuídos pelo local, todos acessíveis, reforçando o compromisso da instituição com a inclusão e a acessibilidade, conforme previsto na Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015 apud Alves; Gil; Souza, 2024).

Durante os encontros, observou-se que a atuação dos profissionais do CAEE se fundamenta em práticas colaborativas. A psicóloga, a psicopedagoga, a terapeuta ocupacional (TO) e a fonoaudióloga atuam de maneira integrada no CAEE, mantendo uma comunicação constante entre si quando acompanham a mesma criança. Nesses casos, elas compartilham informações importantes sobre o desenvolvimento da criança e alinham suas intervenções, buscando oferecer um atendimento mais completo e individualizado. Por exemplo, quando uma criança é atendida simultaneamente pela psicóloga, pela fonoaudióloga e pela terapeuta ocupacional, essas profissionais conversam entre si, trocam percepções e planejam estratégias

conjuntas, sempre com foco nas necessidades e no bem-estar da criança. Essa prática interdisciplinar reforça a importância da cooperação entre os profissionais da educação especial e da saúde para promover a autonomia e a participação dos alunos, conforme destacado por Franco e Schutz (2019).

As estratégias pedagógicas utilizadas são adaptadas de acordo com as necessidades individuais de cada criança, respeitando suas limitações e potencialidades. Observou-se que os planos de atendimento são personalizados, com recursos e materiais específicos, de modo a reduzir barreiras e garantir o acesso ao conteúdo. Essa prática vai ao encontro do que propõe Jesus *et al.* (2025), ao destacar que o AEE deve ocorrer em diferentes espaços e momentos, sem substituir o ensino regular.

A participação ativa da família também foi notada como elemento central na construção dos planos de atendimento. Os pais e responsáveis se mostram muito empenhados, dedicando tempo para levar e buscar as crianças no CAEE, muitas vezes parando um pouco a rotina para estarem presentes. Além disso, eles participam ativamente das reuniões, como as evolutivas e as anamneses, colaborando e ajudando no desenvolvimento da criança. Essas conversas frequentes reforçam a importância do envolvimento familiar para o êxito do processo de inclusão, conforme apontam Franco e Schutz (2019).

Além disso, constatou-se que o espaço do CAEE não se limita a um lugar de ensino, mas também de convivência e acolhimento. O ambiente é preparado para favorecer o desenvolvimento social e emocional das crianças, aspecto essencial segundo Vigotski (2011 apud Guerreiro, Silva, Sodré e Arantes, 2024), que destaca o papel dos fatores socioculturais no processo de aprendizagem e desenvolvimento de pessoas com deficiência.

Em síntese, os resultados obtidos por meio da observação indicam que o CAEE de Santa Margarida/MG promove práticas que fortalecem o princípio da inclusão, conforme estabelecido na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008 apud Santana e Maekawa, 2023), demonstrando que o AEE, quando realizado de forma planejada e articulada, pode contribuir significativamente para o desenvolvimento global das crianças com necessidades educacionais específicas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidenciou a relevância do Atendimento Educacional Especializado (AEE) como instrumento essencial para a promoção da inclusão e do desenvolvimento global de crianças com necessidades educacionais específicas. A observação realizada no CAEE de Santa Margarida/MG permitiu verificar, na prática, a aplicação de políticas públicas e diretrizes que buscam garantir o direito à educação em condições de equidade, conforme preconizado na Constituição Federal e na Lei Brasileira de Inclusão.

Foi possível constatar que a infraestrutura adequada, os recursos pedagógicos acessíveis e o trabalho colaborativo entre os profissionais contribuem de forma significativa para a eliminação de barreiras à aprendizagem e à participação. O planejamento individualizado, aliado ao uso de estratégias específicas e ao envolvimento da família, favorece o fortalecimento das habilidades cognitivas, motoras, comunicativas e socioemocionais dos estudantes atendidos.

Os dados observados demonstraram que, quando o AEE é efetivado com intencionalidade, sensibilidade e compromisso ético, ele se transforma em um espaço de acolhimento e transformação, promovendo autonomia, autoestima e desenvolvimento integral. A atuação integrada entre os profissionais do CAEE e a comunidade escolar reforça que a inclusão não é apenas uma exigência legal, mas uma responsabilidade coletiva, que exige investimentos, formação contínua e ações articuladas.

Por fim, este trabalho reforça que a implementação do AEE, conforme orientações da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva representam um passo fundamental para a construção de uma educação democrática, equitativa e verdadeiramente inclusiva. Ainda que desafios persistam, os avanços observados sinalizam que é possível promover uma escola que valorize a diversidade e reconheça as potencialidades de cada sujeito em sua singularidade.

## REFERÊNCIAS

ALVES, C. P.; Gil, A.; Souza, M. M. G. S.; Percepção de Estudantes com Deficiência, seus Pais ou Responsáveis e Educadores Sobre o Processo de Inclusão Escolar: Uma Revisão de Escopo. **Revista Educação Especial Santa Maria**, v. 38, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial>

ALVES, K. Y. A., Rodrigues, C. C. F. M., Salvador, P. T. C. de O., & Fernandes, S. D. de M.. (2021). Uso da fotografia nas pesquisas qualitativas da área da saúde: revisão de escopo. **Ciência & Saúde Coletiva**, 26(2), 521–529. <https://doi.org/10.1590/1413-81232021262.41052020>

ANACHE, A. A.; Rovetto, S. S. M.; Oliveira, R. A.; Desafios da Implantação do Atendimento Educacional Especializado no Ensino Superior. **Revista Educação Especial**, v. 27, n. 49, p.299-312, maio/agosto, 2014. Santa Maria. Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>

CORREIA, M. C. B.; A observação participante enquanto técnica de investigação. **Pensar enfermagem**, v. 13, n. 2, 2009.

FRANCO, Adriana Marques dos Santos Laia e Schutz, Gabriel Eduardo Sistema educacional inclusivo constitucional e o atendimento educacional especializado. **Saúde em Debate [online]**. v. 43, n. spe4 [Acessado 15 Março 2025] , pp. 244-255. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-11042019S420>>. ISSN 2358-2898. <https://doi.org/10.1590/0103-11042019S420>

FREIBERGER, M. B.; Sardagna, H. V.; Implementação do AEE: Expectativas de Professores e Familiares no Contexto de uma Escola Comunitária. **Ensino, Educação e Ciências Humanas**, v.22, n. 4, p.547-555, 2021.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. **São Paulo: Atlas**, 2008.

GUERREIRO, J. B. N. G.; Silva, M. R. O.; Sodré, M. S. O.; Arantes, S. F. S.; Atendimento Educacional Especializado na Perspectiva da Educa o Inclusiva: Uma Revisão de Literatura. **Revista Educa o e Ensino**, Fortaleza, v. 8, 2024.

JESUS, D, M.; Ghidini, S. S. C.; Silva, F. N.; Astori, G. G. G.; Atendimento Educacional Especializado em Domingos Martins/ES: Desafios e Possibilidades para a Escolariza o de Estudantes com Deficiência Frente   Pandemia da COVID – 19. **Revista Caderno Pedagógico**, Curitiba, v. 22, n.4, p. 01-21, 2025.

LIMA, C. P.; MACHADO, M. A. Cuidadores Principais Ante a Experiência da Morte: Seus Sentidos e Significados. **Psicologia: Ciência e Profissão [online]**. 2018, v. 38, n. 1 [Acessado 16 setembro 2024], pp. 88-101. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-370300264201>

MACHADO, G.; Martins, M. F. A.; Atendimento Educaconal Especializado – AEE na Educa o Infantil: Entraves e Possibilidades. **Revista Ibero – Americana de Estudos em Educa o**, Araraquara, v. 14, n. esp. 1, p.746-759, abr.,2019.

SANTANA, M. L. S.; Maekawa, E. M. H. K.; Educa o Especial na Educa o Infantil: Uma Revisão Sistemática. **Ensino, Educa o e Ciências Humanas**, v. 24, n. 1, 2023.

SILVA, V. S.; **A Inclusão Escolar na Educação Infantil: Estudo de Revisão Sistemática.** 2023. Artigo de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências de Codó, Codó 2023.